



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.360, DE 2022

(Do Sr. Felipe Carreras)

Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, que regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências para estabelecer condições que não caracterizam transporte irregular de passageiros.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-215/2021.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2022.
(Deputado Felipe Carreras)

Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, que regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências para estabelecer condições que não caracterizam transporte irregular de passageiros.

Apresentação: 29/08/2022 13:10 - Mesa

PL n.2360/2022

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, que regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências para estabelecer condições que não caracterizam transporte irregular de passageiros.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 2º

Parágrafo único. Fica autorizado o embarque e desembarque de passageiro dentro dos limites do município onde o taxista obteve a autorização para operar, não caracterizando transporte intermunicipal ou interestadual irregular.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Recebi em meu gabinete pleito justo da cooperativa metropolitana de taxista, eles nos apresentaram que os taxistas vêm recebendo multas por transportarem passageiros do Estado de Pernambuco para a Paraíba.

As autoridades de fiscalização vêm interpretando que a prestação de serviço do taxista, quando ultrapassa as delimitações territoriais do município, caracteriza-se por transporte remunerado não licenciado, o que vemos com profundo lamentar.

* C D 2 2 0 8 9 1 7 8 1 9 0 0 *



Lamentamos por uma interpretação da norma que notoriamente fere o interesse público, dificulta a exploração turística das regiões, a integração econômica e principalmente a livre escolha do usuário do serviço de transporte que deseja utilizar.

Para sanar qualquer possibilidade de interpretação que venha a prejudicar o digno trabalho dos taxistas que proponho a inclusão na lei do Taxista a o afastamento da interpretação de transporte irregular de passageiro quando o mesmo for embarcado nos limites territoriais do município que concedeu a licença.

Mediante o exposto, apresentamos este Projeto de Lei e contamos com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado FELIPE CARRERAS



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 12.468, DE 26 DE AGOSTO DE 2011

Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida, em todo o território nacional, a profissão de taxista, observados os preceitos desta Lei.

Art. 2º É atividade privativa dos profissionais taxistas a utilização de veículo automotor, próprio ou de terceiros, para o transporte público individual remunerado de passageiros, cuja capacidade será de, no máximo, 7 (sete) passageiros.

Art. 3º A atividade profissional de que trata o art. 1º somente será exercida por profissional que atenda integralmente aos requisitos e às condições abaixo estabelecidos:

I - habilitação para conduzir veículo automotor, em uma das categorias B, C, D ou E, assim definidas no art. 143 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

II - curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, promovido por entidade reconhecida pelo respectivo órgão autorizatório;

III - veículo com as características exigidas pela autoridade de trânsito;

IV - certificação específica para exercer a profissão, emitida pelo órgão competente da localidade da prestação do serviço;

V - inscrição como segurado do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, ainda que exerça a profissão na condição de taxista autônomo, taxista auxiliar de condutor autônomo ou taxista locatário; e

VI - Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, para o profissional taxista empregado.

Art. 4º (VETADO).

Art. 5º São deveres dos profissionais taxistas:

I - atender ao cliente com presteza e polidez;

II - trajar-se adequadamente para a função;

III - manter o veículo em boas condições de funcionamento e higiene;

IV - manter em dia a documentação do veículo exigida pelas autoridades competentes;

V - obedecer à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, bem como à legislação da localidade da prestação do serviço.

Art. 6º São direitos do profissional taxista empregado:

I - piso remuneratório ajustado entre os sindicatos da categoria;

II - aplicação, no que couber, da legislação que regula o direito trabalhista e da do regime geral da previdência social.

Art. 7º (VETADO).

Art. 8º Em Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes é obrigatório o uso de taxímetro, anualmente auferido pelo órgão metrológico competente, conforme legislação em vigor.

Art. 9º Os profissionais taxistas poderão constituir entidades nacionais, estaduais ou municipais que os representem, as quais poderão cobrar taxa de contribuição de seus associados.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 9º-A. [\(VETADO na Lei nº 12.765, de 27/12/2012\)](#)

Art. 9º-B. [\(VETADO na Lei nº 12.765, de 27/12/2012\)](#)

Art. 9º-C. [\(VETADO na Lei nº 12.765, de 27/12/2012\)](#)

Art. 10. (VETADO).

Art. 11. (VETADO).

Art. 12. (VETADO).

Art. 13. (VETADO).

Art. 14. (VETADO).

Art. 15. (VETADO).

Brasília, 26 de agosto de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF

José Eduardo Cardozo

Guido Mantega

Garibaldi Alves Filho

Luís Inácio Lucena Adams

FIM DO DOCUMENTO
